



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

**PAPERS DO NAEA Nº 224**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ESPAÇO URBANO:  
REFUNCIONALIZAÇÃO RECONFIGURAÇÃO DA PRAÇA DO  
CARMO EM BELÉM – PA**

**Marcela Andrade**

**Belém, Dezembro de 2008**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Alex Bolonha Fiúza de Mello

### **Vice-reitor**

Regina Fátima Feio Barroso

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Edna Maria Ramos de Castro

### **Diretor Adjunto**

Thomas Hurtienne

## **Conselho editorial do NAEA**

Armin Mathis

Luis Aragon

Francisco de Assis Costa

Oriana Almeida

Rosa Acevedo Marin

## **Sector de Editoração**

E-mail: [editora\\_naea@ufpa.br](mailto:editora_naea@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_naea@ufpa.br](mailto:Papers_naea@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 224

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# POLÍTICAS PÚBLICAS E ESPAÇO URBANO: REFUNCIONALIZAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO DA PRAÇA DO CARMO EM BELÉM - PA

---

Marcela Andrade

## Resumo:

O presente trabalho versa sobre o processo de reconfiguração e refuncionalização da Praça do Carmo decorrente de uma política pública de intervenção urbanística da década de 1990, sendo resultado da monografia de especialização intitulada “Políticas públicas e espaço urbano: diversos contextos da Praça do Carmo”. Baseado em categorias teóricas como patrimônio cultural, políticas públicas, refuncionalização e reconfiguração de espaços urbanos, principalmente em Centros Históricos, essa pesquisa tem o objetivo principal é analisar o processo da intervenção na praça ocorrida entre o período de 1993 a 1996, a fim de buscar justificativas para o novo uso e configuração dada à praça. Para a pesquisa desse trabalho foram feitas entrevistas diretivas abertas direcionadas a informantes-chaves, aplicação de questionários fechados e direcionados à moradores e trabalhadores (tanto formais quanto informais) da Praça do Carmo e entorno realizadas no período de julho a agosto de 2008, assim como pesquisas bibliográficas e iconográficas. Os resultados preliminares apontam para uma política pública que priorizou a questão patrimonial no *locus* em detrimento de seu uso, sendo que é pelo seu uso que o espaço torna-se significante para o seu cotidiano e para o convívio social.

**Palavras-Chave:** Políticas públicas. Espaço urbano. Refuncionalização. Praça do Carmo.

## Abstract:

This paper discusses about the configurational changes and the adaptation of use on *Praça do Carmo* in Belém from public policy urban intervention started in 1990's. This work comes as a product of *latu sensus* monography titled *Políticas públicas e espaço urbano: diversos contextos da Praça do Carmo*. Based in theorist category like cultural heritage, public policy, configurational changes, adaptation of use on public spaces in Historic Centre, the principal objective of this research is analyse the process of intervention in the square makes between 1993 and 1996, to search justifies new use to the square configuration. To the research were made opened and directive interviews to select persons, and more closed and directive form to residents and workers (formal and informal) at *Praça do Carmo* and boarder limits between July and August 2008 supported on bibliographic research, iconographic too. Preliminary investigations pointed to public policy more to heritage than the use of the local, where for use the space that becomes significant to daily life.

**Keywords:** Public policy. Urban space. Adaptation of use. *Praça do Carmo*.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao analisar um processo de reconfiguração e refuncionalização de um espaço público por meio de uma política pública de intervenção urbanística ratificamos que a cidade é mutável. Fruto de relações históricas, a cidade muda e se transforma de acordo com a ação e atuação de seus cidadãos, de seus agentes sociais os quais intervêm no espaço, ou seja, sua configuração vai sendo alterada de acordo com as necessidades da cidade, de seus cidadãos e dos interesses políticos.

No momento de planejar e realizar uma intervenção urbanística em qualquer espaço urbano é preciso ter em mente que uma cidade é composta por um conjunto de representações formado por aqueles que “fazem a cidade” e “consomem a cidade” (RONCAYOLO, 1995, apud PESAVENTO, 1995), os chamados agentes sociais concretos por Corrêa (2002). Os produtores do espaço idealizam transformar a cidade que se tem numa cidade desejada, construindo maneiras de pensar, viver e sonhar, o *modus vivendi*, segundo Pesavento (1995).

O poder público pode construir um espaço com uma intencionalidade de construções simbólicas, sendo que seus freqüentadores podem atribuir outros sentidos e usos. Assim, uma intervenção em um espaço urbano pode confirmar ou modificar a função de uso, que pode diferir de função planejada.

A cidade, o espaço urbano são produtos das relações sociais que segundo Castro; Santos “o processo de produção da sociedade é ao mesmo tempo o da produção do espaço, com suas práticas de sociabilidade, de conflitos e com as contradições que continuamente interpõem os indivíduos entre eles mesmos” (CASTRO; SANTOS, 2006, p. 33). Portanto, a cidade, que para Corrêa (2002) é considerada como espaço urbano, é um *locus* de diversidade cultural, de identidades, onde as associações de poder, entre seus indivíduos acontecem num espaço o qual é construído e identificado por essas relações.

Dessa forma, será discutido nesse trabalho uma política de intervenção pelo poder público em um espaço público da cidade, a Praça do Carmo e as relações dos freqüentadores e moradores nesse espaço. Intervenção que proporcionou uma mudança tanto estrutural quanto funcional realizada na década de 1990, especificamente entre os anos de 1993 e 1996.

A razão da análise dessa praça e suas relações é devido a mesma estar em um contexto urbano de suma importância, o Centro Histórico de Belém, que é tombado em nível municipal e ainda em área de entorno de tombamento em nível federal. Outro motivo é decorrente desse espaço passar por uma intervenção bastante radical e polêmica.

Dessa forma, esse artigo é resultado de um trabalho científico o qual é constituído por várias etapas de pesquisa que é caracterizada por ser uma “atividade racional” segundo Bourdieu (1989). A delimitação do objeto de estudo, segundo Vidal (2006), para qualquer pesquisa na área de Ciências

Sociais é de suma relevância. É a partir da escolha o objeto que o direcionamento da pesquisa será dado com a escolha de métodos, técnicas e metodologia.

A primeira etapa realizada foi a pesquisa bibliográfica na busca de categorias teóricas como patrimônio cultural, políticas públicas, refuncionalização e reconfiguração de espaços urbanos, principalmente em Centros Históricos, para obter um arcabouço teórico a fim de entender melhor a realidade estudada e analisar os dados coletados.

Após a discussão da teoria, a etapa seguinte foi a pesquisa de campo para a busca de dados qualitativos e quantitativos do objeto de estudo. Ao estudar Praça do Carmo e suas relações, principalmente a mudança da praça entre os anos de 1993 e 1996, a pesquisa foi direcionada para os agentes transformadores do espaço como o poder público e o agente usuário do espaço como os cidadãos, ou seja, os moradores e trabalhadores.

As entrevistas foram direcionadas a informantes-chaves como os agentes do poder público, especificamente aos tecnocratas que trabalhavam na Fundação Cultural de Belém (FUMBEL) no governo do prefeito Hélio Mota Gueiros (1993-1996) e a presidente da Associação Cidade Velha-Cidade Viva (CiVViva). Foram realizadas entrevistas diretas abertas para a coleta de dados qualitativos nos meses de julho e agosto de 2008.

Já para os dados quantitativos foram aplicados dezessete questionários fechados, direcionados aos moradores e trabalhadores (tanto formais como informais) na Praça do Carmo e entorno. Dentre os dezessete questionários aplicados identificaram-se sete questionários para moradores e/ou trabalhadores novos (depois de intervenção na praça de 1993-1996) e dez questionários para moradores e/ou trabalhadores antigos (antes da intervenção de 1993-1996). A aplicação foi realizada de forma aleatória com a finalidade de identificar a função, atual e passada, do espaço por seus usuários.

Portanto, esse artigo é fruto da monografia de especialização e objetiva discutir e analisar o processo de refuncionalização e reconfiguração da Praça do Carmo pelas vozes tanto dos tecnocratas que planejaram a mudança quanto dos usuários do espaço.

## **2 REFUNCIONALIZAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO: ABORDAGEM TEÓRICA**

Falar de refuncionalização e reconfiguração de espaço público implica em discutir vários referenciais sendo destacados alguns para esse trabalho. Como uma praça é considerada um espaço público e urbano inicia-se a discussão de espaço público que segundo Habermas (apud GOMES, 2006) é o lugar do discurso político. Assim, é instituído que esse espaço deve permitir a opinião dos cidadãos, um debate, e é palco, simultaneamente, do aparecimento, forma e resolução dos problemas.

Segundo Recife (2002), essa idéia de discurso livre refere-se a uma definição das ciências filosóficas. Como expressão urbanística, o espaço público é composto por três idéias básicas: a)

exterioridade – o espaço exterior, aberto/público, de uso comum, tanto no sentido físico quanto simbólico; b) acessibilidade – na idéia de acesso a todos os grupos sociais; c) significado – espaço público é um lugar de memória, carregado de valor simbólico, onde fatos urbanos são registrados constituindo uma cidade (RECIFE, 2002).

No significado físico, o espaço público é o lugar, - praça, rua, *shopping*, praia - qualquer lugar democrático para entrar, onde qualquer pessoa pode usufruir do espaço. Porém, na sociedade capitalista, esses lugares são regidos por leis que regulam os comportamentos em áreas comuns, às regras de civilidade. O usufruto desse espaço significa o exercício da cidadania, ou seja, a legitimação do direito à cidade (GOMES, 2006). Sendo importante ressaltar que uma das razões desse significado de espaço público refere-se ao surgimento na sociedade de um espaço privado. Para Gomes (2006), do resultado dessa dinâmica surge uma forma-conteúdo, núcleo de uma sociabilidade normatizada: o espaço público.

O que para esse autor foi intitulado de forma-conteúdo para distinguir o espaço público, para Gastal (2006), a materialização do espaço da cidade é formada pela soma e conflito dos fixos e fluxos. Praças, monumentos, ruas, casas e outros elementos estruturantes da cidade são considerados como fixos. Os fluxos são considerados o conteúdo vivo que gira em torno e no interior dos fixos – a forma –, ou seja, a circulação de pessoas e mercadorias, relações sociais, manifestações culturais e etc.

É com a função do encontro para confraternização, trocas de mercadorias ou trocas simbólicas que a praça se consolida cada vez mais na atual sociedade como um fluxo. Porém, os fixos não deixam de existir, de ter sua função e de serem reproduzidos:

[...] como demonstrado por Kevin Lynch (1988), são os *fixos* – a praça entre eles – que marcam concretamente as cidades como lugares e orientam o traçado do deslocamento dos fluxos. Os *marcos* – como Lynch denomina os fixos que se destacam no imaginário que cada morador constrói da cidade – contribuiriam para a familiaridade do observador com o entorno. Também serviriam para fixar e fortalecer um centro ou centralidades em torno das quais a cidade se organiza (GASTAL, 2006, p. 97).

Ou seja, a praça se mantém viva, pois também é um elemento fixo da cidade que está consolidado no imaginário urbano.

Ao tratar de centralidade e de marco a Praça do Carmo é considerada tanto um fixo para seus moradores quanto para a cidade, onde a mesma está inserida no Centro Histórico de Belém e tem em seu espaço um sítio arqueológico exposto, sendo importante abordar as categorias como patrimônio cultural e Centro Histórico. A palavra patrimônio pode ter vários significados como aspectos

relevantes da história da cidade e dos cidadãos que devem ser preservados. Hoje, a discussão sobre o patrimônio cultural é bastante ampla, sendo considerado como patrimônio elementos tanto materiais, como monumentos históricos, quanto imateriais, como modos de usar e fazer bens, ou seja, a cultura do homem.

Já a definição de Centro Histórico, assim como o conceito de cidade, é mutante como discorre Mesquita (2008), podendo apresentar várias interpretações, como a seguinte definição: “Centro Histórico como o local mais antigo da formação urbana de uma sociedade que é composto por um conjunto de edificações e sítios urbanos de relevante importância e de passado reconhecido, que influenciaram na formação social e cultural de um povo estando dessa maneira, ligado à memória e a identidade dos diferentes grupos formadores de uma sociedade” (FAJARDO, 1997 apud MESQUITA, 2008, p. 26).

Por conseguinte, uma intervenção em um espaço público urbano, como uma praça, um patrimônio ou o Centro Histórico, permeia também a análise de políticas públicas, pois um espaço público é *locus* das relações sociais, relações de poder. Um espaço que é vivido, conseqüentemente é transformado e é alvo de uma política. Assim, várias são as maneiras de fazer política por diversos atores da sociedade, de como ela se processa e se aplica, sendo que uma das definições ou variações da política é a chamada política pública.

O termo políticas públicas tem várias definições, que “mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e idéias se desenvolvem, isto é, os governos” (SOUZA, 2006, p. 25). Um resumo de uma das interpretações sobre políticas públicas refere-se como uma esfera do conhecimento que almeja “colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 26).

Dessa forma, as políticas públicas são pensadas, formuladas, planejadas e dispostas em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Assim, quando essas políticas passam da esfera do planejar para a implementação, elas ficam a mercê de sistemas de acompanhamento, análise e avaliação (SOUZA, 2006).

No âmbito dos estudos de análise de políticas públicas no Brasil, principalmente as municipais, há vários problemas peculiares como destaca Frey (2000). Exemplos dessa afirmativa são os poucos estudos científicos de políticas públicas municipais, a grande autonomia dos municípios tanto em questões financeiras administrativas como políticas, as comuns alterações na esfera das forças políticas atuantes na política municipal e a ausência de fixação e finalização da “determinação político-ideológica” tanto da população, do eleitorado, como também dos políticos e dos partidos (FREY, 2000, p. 245).

Dessa forma, o autor aborda que as políticas dos governos brasileiros tanto nacionais, estaduais como municipais são consideradas como voláteis a alterações muitas vezes repentinas e radicais, apresentando uma “descontinuidade político-administrativa na transição de um governo para outro [Lobo, 1998, p. 82], mas que ocorrem inclusive no decorrer de gestões” (FREY, 2000, p. 245).

Por outro lado, “fica curioso que essas mudanças ‘radicais’ dos arranjos institucionais formais dificilmente tenham conduzido a efeitos de maior relevância no que diz respeito aos padrões de comportamento político e às realizações materiais concretas” (FREY, 2000, p. 148).

Então, Frey (2000) destaca que para um estudo das políticas públicas na esfera municipal faz-se necessário um levantamento preliminar sobre os processos e as instituições políticas, resultando num estudo além da dimensão material das decisões das políticas setoriais. Sendo importante ressaltar que, segundo O’Donell (1991 apud FREY, 2000) o Brasil vivencia uma *democracia delegativa*<sup>1</sup> que é “caracterizada pela fraqueza e reduzida densidade de suas instituições, nas quais a influência sobre as decisões políticas fica reservada a uma elite classista” (O’DONELL, 1991 apud FREY, 2000).

Dessa forma, as atuais políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural em espaços públicos, especificamente nos centros históricos, são voltadas para as idéias de refuncionalização, requalificação e revitalização desses espaços pelo poder público, degradados ou não, são aplicadas às modificações dessas áreas em espaços com função de lazer, cultura e turismo. Nessas áreas do Centro Histórico, segundo Figueiredo (2008), a decadência é presente nas atividades econômicas, nas relações sociais, na configuração física dos prédios, equipamentos públicos e principalmente no simbólico dos habitantes.

Vasconcellos; Mello (2006) mostram que os termos revitalização, reconfiguração, requalificação, refuncionalização, regeneração, entre outros REs, são utilizados em cada país de maneira própria, porém sempre havendo uma tentativa de universalização. As autoras destacam que esses termos passaram a fazer parte de planos urbanísticos com a “ideologia da recuperação, do trazer nova vida e saúde para o tecido urbano, no qual se aplica a ação de *regeneração*” (VASCONCELLOS; MELLO, 2006, p. 60).

De modo geral, nesses vocábulos está explícita a necessidade de trazer novas atividades econômicas para dar nova vida às áreas decadentes da cidade e implícita a manutenção da cultura local (VASCONCELLOS; MELLO, 2006). Porém, as autoras questionam os usos desses REs nos planos dos governos:

O paraíso prometido pelos planos de revitalização, reestruturação, reabilitação etc. segue pelo curso da história por meio de inúmeras injunções políticas e econômicas, as quais esbarram com questões importantes, como as da propriedade da terra e do capital, nem sempre equacionadas de acordo com a visão mágica e o discurso fácil de um projeto poderá garantir uma nova vida para uma determinada área (VASCONCELLOS; MELLO, 2006, p. 64).

---

<sup>1</sup> Grifo do autor.



Sendo que as várias nomenclaturas dos planos causam uma “grande confusão” como afirma as autoras.

Vasconcellos; Mello (2006) ainda relatam que o poder público é um dos colaboradores dessa confusão, “legitimando novos termos para manter o privilégio de definir quais as culturas a serem selecionadas e valorizadas, associando o tipo de intervenção ao *marketing* político” (VASCONCELLOS; MELLO, 2006, p. 64). Dessa maneira, não há um controle sobre o uso desses termos pelo poder público. E para outros profissionais<sup>2</sup>, apesar dos mesmos apresentarem conceitos semelhantes, são utilizados de forma diferente (KARA-JOSÉ, 2007 apud FIGUEIREDO, 2008).

Portanto, como o objeto de estudo é a Praça do Carmo e sua função para os moradores e trabalhadores marcada temporalmente com uma política pública de refuncionalização e reconfiguração na década de 1990. Faz-se necessário também uma abordagem sobre as funções que as praças realizam.

Com relação às funções de uso, considera-se para o presente estudo as várias funções resultantes de uma pesquisa realizada na cidade de Recife, Pernambuco, no ano de 2000, que são: a) de estar: espaços utilizados pela população para jogar dominó, conversar com os amigos e passar o tempo; b) de descanso: lugar que os cidadãos param para descansar entre um e outro expediente, para proteger-se por um momento do clima, etc.; c) de lazer: espaço destinado para a diversão onde as pessoas utilizam seu tempo livre, etc.; d) de esporte: lugar destinado à prática de esportes; e) de contemplação: praça que tem o objetivo principal a observação e contemplação da paisagem; f) de festa: áreas onde acontecem celebrações populares tanto de caráter religioso quanto profano.

Por mais que exista essa divisão ou uma função principal, as praças podem agrupar diversas funções e valores. Compreender o objetivo de uso do espaço por seus cidadãos é de suma importância para que os projetos sejam direcionados para tal, pois também “é pelo uso que as pessoas fazem de uma praça qualquer um espaço importante para o seu cotidiano e conseqüentemente para o convívio social, função maior de uma praça enquanto espaço público” (RECIFE, 2002, p. 25).

### **3 PRAÇA DO CARMO: NOVA CONFIGURAÇÃO E FUNÇÃO**

O Largo do Carmo, como era chamada a Praça do Carmo, surge como a maioria das praças do período colonial brasileiro, como adro de igreja. O Largo do Carmo sofreu algumas modificações pontuais durante na história de cidade de Belém, sendo as mais significantes as ocorridas no governo de Rodolfo Chermont (1949) e de Hélio Mota Gueiros (1993-1996).

Ao analisar o processo histórico de mudança da Praça do Carmo, verifica-se que as mudanças da praça sempre estavam de acordo com as concepções gerais das praças brasileiras, porém nem sempre de maneira intensa. Alvo de manutenção, reformas ou reconfiguração, a Praça do Carmo é

---

<sup>2</sup> A exemplo de arquitetos, urbanistas, antropólogos, sociólogos, economistas, bacharéis em turismo, produtores culturais.

considerada como um marco na cidade de Belém, pois está presente no núcleo inicial da cidade, hoje o Centro Histórico de Belém.

A Praça do Carmo também é considerada um marco para seus usuários, pois são os que utilizam ou passam pela praça em seu cotidiano, e ainda para os tecnocratas do governo, onde atuam na praça quando há alguma necessidade ou interesse. Entretanto, isso não quer dizer que sempre quando há alguma necessidade de intervenção ou manutenção no espaço, a mesma será realizada.

Na concepção de marco exposta por Lynch (1988 apud GASTAL, 2006), a praça está no imaginário de cada morador, no qual ele se familiariza com espaço e faz dele uma parte importante na sua vida. Essa última afirmação pode ser confirmada como unanimidade na pesquisa com moradores e/ou trabalhadores sejam eles novos (os que moram e/ou trabalham depois de intervenção de 1996) ou antigos (os que moram e/ou trabalham depois da intervenção de 1996), onde a praça foi considerada como um espaço muito importante. Essa importância da Praça do Carmo foi justificada para alguns moradores e/ou trabalhadores por ser um espaço público de lazer, uma referência na cidade e o local de trabalho (trabalho informal).

Quanto à primeira afirmação de Lynch, que mostra o espaço enquanto marco já formatado na mente, vida e cotidiano dos cidadãos, quando há uma mudança radical, como aconteceu nos anos 1990, causa polêmica aos seus usuários e cidadãos em geral. A alteração da praça foi relatada como negativa para 50% dos moradores e/ou trabalhadores antigos, como positiva para 40% e sem diferença para 10%.

A mudança destacada como negativa relaciona-se ao projeto arquitetônico/paisagístico, e os relatos foram que a Praça do Carmo de antes tinham mais harmonia com o contexto do bairro da Cidade Velha. Já as justificativas da consideração positiva da mudança permeiam entre a retirada do coreto, ao projeto arquitetônico/paisagístico e ao espaço criado especificamente para a realização de eventos.

A questão do coreto foi bastante tencionada. Apesar de o coreto ser um elemento visual com harmonia ao ambiente da praça, ele servia de abrigo e de banheiro público. Era um elemento que atraía usuários de drogas e desabrigados, causando uma sensação de insegurança por parte dos moradores, como foi percebido na pesquisa de campo.

Já para os moradores e/ou trabalhadores novos que freqüentavam a praça antes da reforma ou já moravam no Beco do Carmo, representando 43% do total, opinaram como uma mudança negativa. Os outros 57% não tiveram vivência no espaço antes da reforma. As razões para a consideração da intervenção negativa foram com relação ao projeto arquitetônico/paisagístico e ao uso que a nova configuração permitiu. Sendo que o pesquisado que considerou essa última justificativa relatou a nova forma arquitetônica da praça positiva, sendo o problema seu uso.

Ou seja, por mais que a antiga forma da praça já estivesse formatada na mente e cotidiano das pessoas como um marco no espaço, uma mudança pode causar polêmica e desgosto para alguns, e

satisfação para outros. Dessa maneira, a nova forma vai sendo incorporada aos poucos pelos antigos frequentadores e já assimilada pela atual forma pelos novos usuários e moradores.

Porém, a mudança espacial ocasionou uma alteração na função da praça. O projeto arquitetônico e paisagístico da atual configuração da Praça do Carmo teve como especificidade abordar duas funções: sítio histórico/arqueológico e praça de lazer. A primeira função seria para expor os vestígios dos alicerces da Igreja do Rosário dos Homens Brancos e os pontos onde foram encontradas concentrações esqueletais.

A outra função seria criar um espaço para a realização de eventos tradicionais da área. Um anfiteatro foi construído com objetivo de valorizar alguns hábitos mantidos na Cidade Velha como as serestas de fim de semana e a exposição de brinquedos de miriti que ocorre durante o Círio de Nazaré, como descreve o projeto.

Analisando a projeção das funções para praça pelos tecnocratas observa-se que elas não foram conduzidas à realidade. Por falta de pesquisa junto aos moradores e/ou trabalhadores e usuários, bom senso ou capacidade dos tecnocratas no planejamento da reconfiguração da Praça do Carmo ou até menos para atender realizações pessoais dos tecnocratas, a decisão da função histórica/arqueológica da forma como foi realizada foi errônea para o local.

De acordo com a pesquisa entre os moradores e/ou trabalhadores antigos e novos, foi quase unânime a opinião que a exposição do sítio arqueológico naquela na praça não tem função nenhuma. Somente uma pessoa não opinou sobre essa função. A exposição do sítio não tem função, pois não congrega a necessidade de quem realmente usa a praça e o sítio arqueológico abandonado pelas gestões municipais seguintes iniciou um processo de depredação constante.

Dessa forma, percorrendo pelos conceitos já expostos de fluxo (GASTAL, 2006) e conteúdo (GOMES, 2006), a Praça do Carmo, ou qualquer espaço público, tem uma grande importância. Seu conteúdo, ou seja, seu uso pelos cidadãos é que fortalece e valoriza o espaço. Sem isso, sua função enquanto espaço público não existe.

Portanto, a função da exposição de sítio não teve êxito, pois não é realizada pelos seus usuários. Pelo contrário, essa função de exposição de um patrimônio arqueológico para a cidade, com o objetivo de enriquecimento cultural, só trouxe infelicidade e problemas para quem mora, trabalha ou frequenta a praça. Os “três buracos”, como são referidos pelos pesquisados, exerce a função de lixeira, banheiro público, motel, proliferação de mosquitos.

Com relação ao espaço planejado para atender principalmente dois eventos, sendo um realizado apenas anualmente e outro mensalmente, a situação aparentemente se altera. A princípio os objetivos foram alcançados, pois o governo municipal posterior ao governo que projetou a praça continuou com as realizações das serestas, no entanto esse evento não é mais realizado. Já a feira de miriti também não acontece mais na Praça do Carmo<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Não foi possível precisar quando a feira do miriti e as serestas deixaram de acontecer na praça, mas pressupõe-se que a entrada de uma nova política cultural municipal na cidade seja o marco dessas ausências (2005), além da expansão da feira de miriti, que buscou um espaço maior.

Criou-se um espaço de eventos que não é utilizado como deveria. Os moradores e/ou trabalhadores questionam a falta de atenção do poder público para o espaço. Sendo relatada por estar abandonada tanto para serviços de manutenção quanto para eventos culturais. O espaço do anfiteatro hoje é utilizado como campo de futebol e seus bancos e escadas são utilizados por *skatistas*.

Ao analisar as atuais e diversas funções da Praça do Carmo por seus usuários com base nos estudos de Recife (2002) teremos a seguinte configuração:

- De estar: os moradores e/ou trabalhadores sentam nos bancos da praça e ficam conversando;
- De descanso: entre os expedientes de trabalho ou em algum momento;
- De lazer: bar do Salomão, brincadeiras de crianças;
- De esporte: a praça é usada para a prática de *skate* e o anfiteatro como campo de futebol;
- De contemplação: função que provavelmente deve ser realizada por visitantes, frequentadores do bar;
- De festa: Arrastão do Arraial do Pavulagem, Carnaval, quadra junina, dia das crianças, Natal.

Cada usuário pode exercer mais de uma função. Sendo que a função predominante entre os moradores e/ou trabalhadores antigos é de estar. Função como a de trabalho é realizada pelo morador e dono do bar “Nosso Recanto”, onde utiliza parte da praça para colocar as mesas. Já a função de trabalho informal é realizada por duas pessoas.

A função de festa é realizada ocasionalmente, somente quando há alguma. Mesmo assim, somente duas pessoas participam da celebração. Vários problemas são relatados, principalmente pela presidente da Associação dos Moradores da Cidade Velha/Associação Cidade Velha-Cidade Viva (CiVViva), quando se trata da realização de eventos na praça: a presença de ambulantes, às vezes impedindo a passagem para suas casas, pessoas que fazem suas necessidades físicas na porta de suas casas também, e o lixo produzido que fica por volta de três dias no espaço pois não há limpeza posteriormente ao evento.

A praça ainda é alvo de outros usos. A função de religião para uma moradora antiga, pois ela tem a praça como um local relacionado à Igreja do Carmo. Outra função relatada por uma trabalhadora antiga é de terapia. Essa função de acordo com os estudos de Recife (2002) está relacionada ao valor psicológico que esse espaço desempenha, ou seja, para a trabalhadora o espaço da Praça do Carmo funciona como um ambiente relaxante, que ajuda a superar os seus problemas.

Portanto, a Praça do Carmo desempenha atualmente um papel muito importante na vida quem tem a praça em seu cotidiano, por mais que esse uso seja feito de diferentes níveis e formas. A praça como se pode observar tem vários usos indevidos. O espaço do anfiteatro não foi projetado para ser campo de futebol. Quando o mesmo é utilizado dessa maneira, há uma inibição por parte dos moradores para usarem o mesmo espaço, pois se tornam alvo fácil para a bola.

As pessoas não se sentem confortáveis de sentar ao banco para uma conversa ou descanso, e pais com crianças pequenas são inibidos de passear com seus filhos. E ainda tem o problema das bolas bateram nos carros estacionados na rua, nas cancelas e janelas das casas e comércios.

Essa mesma situação de inibição é causada pelo uso dos *skatistas*. Esses ao utilizarem bancos e escadas causam danos ao patrimônio público. As beiradas dos bancos e escadas ficam todas quebradas. A velocidade e os pulos fazem com que os usuários fiquem inibidos de ficar por perto.

Também foi verificado as funções que a praça tinha antes da intervenção de 1996. A praça tinha os seguintes usos com base na classificação de Recife (2002):

- De estar: os moradores e/ou trabalhadores sentam nos bancos da praça e ficam conversando;
- De descanso: entre os expedientes de trabalho ou em algum momento;
- De lazer: bar do Salomão, brincadeiras de crianças;
- De esporte: não houve relato;
- De contemplação: função que provavelmente devia ser realizada por visitantes, frequentadores do bar;
- De festa: Carnaval, Serestas.

Verifica-se que a praça também era mais usada como lugar de estar, onde para alguns a antiga configuração era melhor, pois tinha mais árvores, bancos e mais moradores. Porém, um morador relatou que usava menos por causa da insegurança causada pelo coreto, pois como já foi dito ele era usado como dormitório e banheiro público. Outro uso do coreto era de descanso na hora de intervalo de almoço e de estudo para um trabalhador antigo.

Não foi relatado o problema dos *skatistas* e do jogo de bola, o que se conclui que isso só passou a acontecer devido ao novo espaço da praça. Também relataram que o carnaval e as serestas antes eram mais para os próprios moradores e não para pessoas de fora como acontece nos dias atuais. Essas celebrações não tinham uma grandiosidade. As serestas e os blocos de carnaval como o Afoxé do Guarda-Chuva Achado<sup>4</sup> eram consideradas pequenas festas para os moradores e os usuários.

Logo, a Praça do Carmo apresenta algumas diferenças de funções entre sua configuração de antes e depois de 1996, porém, sempre mantendo uma função de destaque que é a de estar. Por mais que existam empecilhos maiores atualmente causados por usos indevidos do espaço, essa é uma função predominante nas necessidades de seus usuários. Confirmando assim a Praça do Carmo como um lugar agradável para estar e um marco importante no cotidiano dos usuários, tanto moradores quanto trabalhadores ou até mesmo os frequentadores do bar da praça.

Os usos atuais da praça também são diferentes na sua dinâmica diurna e noturna. Pela manhã e tarde verifica-se uma apropriação do mercado informal, que também caracteriza as grandes cidades pelo seu inchaço populacional e conturbação urbana. Funciona também como um espaço para as crianças brincarem, campo de futebol e pista de *skate*.

---

<sup>4</sup> Bloco de carnaval que iniciou em 1986, com a participação de moradores da Cidade Velha, artistas e intelectuais, e com o passar do tempo foi tomando grandes proporções que não mais condiziam às motivações dos próprios brincantes.

Já pela parte da noite, há o uso da praça pelo bar, onde se colocam mesas e cadeiras, os *skatistas* e o jogo de bola também permanecem a noite. Outros usos relatados pela presidente da CiVViva é a questão do uso de drogas e prostituição nesse espaço.

A praça já foi palco de diversos eventos culturais como os blocos de carnavais, serestas, auto do círio, quadra junina, bienal de música, concurso de quadrilha, auto da semana santa, entre outros eventos. Hoje, os relatos dos moradores e/ou trabalhadores é que esse espaço está desprovido de eventos. Esse ano, 2008, só ocorreu o Arrastão do Pavulagem em fevereiro, alguns eventos durante o carnaval e a quadra junina.

A Associação dos Moradores da Cidade Velha obtém um papel singular na produção de eventos na praça. Esses são direcionados para as crianças que vivem nas proximidades, especificamente, do Beco do Carmo. Os eventos realizados são a festividade de São João, o dia das crianças e o Natal, nos quais há a objetividade de resgatar as brincadeiras antigas. Em outro momento do trabalho será retomada a ação dessa associação.

Por conseguinte, a praça enquanto fluxo e fixo na cidade de Belém tem sua representação, no entanto é para seus moradores, trabalhadores, frequentadores e usuários que ela se faz mais importante ainda. São esses atores que usam o espaço dando vitalidade e função ao mesmo. Há funções indevidas no espaço que precisam ser solucionados pelo poder público, onde o uso de campo de futebol e de *skate* no

anfiteatro mostra a falta de espaços com essa especificidade, quadras de esporte, nas redondezas e de atenção por parte do poder público.

Sendo um espaço público urbano onde ocorre uma mescla de trocas de mercadorias e trocas simbólicas diariamente, esse espaço, para quem o usa, tem sua inquestionável relevância e significação.

A ação de mudança da praça, principalmente para a função arqueológica, foi considerada bastante relevante no relatório das atividades do Departamento de Patrimônio Histórico (DEPH), pois foi decorrente ao trabalho inédito de arqueologia urbana em Belém, realizado na Praça do Carmo. Ao analisar a realização do projeto, o uso da praça por seus moradores e/ou trabalhadores e suas opiniões sobre a função do sítio arqueológico, verifica-se a ocorrência de imposição dessa função na praça.

Não foi discutido com a população sobre a mudança da praça, principalmente a alteração da função. No lugar em que foram colocadas as janelas arqueológicas, havia os brinquedos para crianças. Como relato da presidente da CiVViva, as pirâmides do sítio eram utilizadas como objeto de brincadeira (de escorrega). Esse espaço também passou a servir de motel, banheiro público e lixeira.

Os tecnocratas, ao tentarem marcar sua gestão com um projeto inovador para Belém, alteraram o uso de um espaço que não era o desejado por seus usuários. Com relação ao projeto arquitetônico/paisagístico metade dos usuários antigos opinou como negativo e dos usuários novos que frequentavam ou conheciam a praça por algum motivo 67% consideraram negativo.

Apesar desses usuários considerarem que a atual praça não é harmônica com o entorno, o problema maior está no uso que a nova configuração possibilitou. Se tivesse ocorrido uma pesquisa por parte do governo para saber qual era o verdadeiro uso diário da praça, verificariam que a solução dada não era a mais adequada.

A idéia de exposição do sítio não deixa de ser interessante para a área, pois afinal, a Praça do Carmo está inserida no Centro Histórico de Belém, área de entorno de bem tombado em nível federal, no primeiro bairro de Belém e ainda no final da primeira rua. Analisando por esse viés, a exposição de vestígios arqueológicos nessa área fortalece sua importância enquanto área histórica. Porém, não é por causa disso que se deve expor um sítio.

Expor um patrimônio cultural tem como uma das finalidades a educacional e de conhecimento para seus usuários e ainda como um meio de proteção do patrimônio, dentre outros. Nenhum desses objetivos destacados foi contemplado, anulando sua função. Outros mecanismos como placas informativas não foram colocadas sendo até indagadas pelos pesquisados. Uma ação de educação patrimonial também seria de suma significância para seus usuários a fim de orientá-los quanto à importância do patrimônio cultural para a sociedade.

Por se encontrar em estado de completo abandono, a situação desse patrimônio foi relatada em 15 de fevereiro de 2000 por arqueólogos do MPEG. Essa análise foi realizada como resposta ao ofício do DEPH/FUMBEL. Resultado de uma visita ao local foi constatado que a preservação das ruínas estaria seriamente comprometida por estarem cobertas de vegetação e expostas “à ação das intempéries ao longo dos últimos quatro anos” (MPEG, 2000).

Assim, foram feitas algumas recomendações para a manutenção e limpeza como de realização imediata. Também foram exigidas medidas de proteção para o sítio com o objetivo de evitar a depredação do patrimônio como proteção física adequada, colocação de um sistema de drenagem, manutenção constante e segurança (MPEG, 2000).

Ainda foi sugerido o recobrimento do sítio depois de sua consolidação para solucionar os problemas. Sendo que para qualquer solução a sinalização é algo obrigatório e ainda a comunicação das atividades para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Como se pode observar nenhuma dessas medidas foram realizadas pelos governos seguintes. O arquiteto Mário Barata<sup>5</sup> ainda foi contactado para a realização de um novo projeto arquitetônico com o recobrimento do sítio e a inserção de dois coretos e um obelisco com as informações da igreja, porém sem ser efetivado.

Portanto, nota-se que a política realizada pela FUMBEL durante o período da reforma da praça teve grande importância para a questão patrimonial, quando houve a confirmação e regulamentação do tombamento do Centro Histórico. A intervenção na Praça do Carmo é considerada como mais uma ação de suma importância no Centro Histórico pelo DEPH/FUMBEL nessa gestão. Mas priorizou-se a questão patrimonial no *locus* em detrimento de seu uso, sendo que é pelo seu uso que o espaço torna-

---

<sup>5</sup> Foi o arquiteto Mário Barata que fez o projeto na década de 1990, seguindo os direcionamentos das funções da praça pela FUMBEL.

se significativa para o seu cotidiano e para o convívio social, sendo essa a “função maior de uma praça enquanto espaço público” (RECIFE, 2002, p. 25).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao pesquisar sobre intervenções em espaços urbanos, verifica-se que é um assunto bastante polêmico e delicado, pois se trata de visões e direções políticas aplicadas nesses espaços. Ações que são feitas, por exemplo, para suprir determinadas carências do lugar ou anseios pessoais tanto de tecnocratas quanto da elite, seguindo o modelo da democracia delegativa.

A população em geral, dificilmente é ouvida e sendo atendida somente quando há algum ganho e visibilidade para fazer determinada obra, etc., assim aconteceu na Praça do Carmo. Foi realizada uma intervenção baseada na primeira experiência de arqueologia urbana na cidade de Belém e seguindo ideais de arquitetura pós-moderna para uma área histórica. Uma intervenção pós-moderna em centro histórico não é errônea, porém as soluções dadas para a referida praça não alcançaram seus objetivos.

Observou-se que houve uma falta de interação e pesquisa com os verdadeiros usuários da Praça do Carmo, pois a intervenção realizada não supriu as necessidades dessas pessoas. Um lugar que era utilizado como principalmente para ficar conversando, brincando, se tornou um lugar de inibição para esses moradores e trabalhadores, modificando a função do espaço.

A falta de pesquisa junto aos usuários também permitiu um uso do espaço completamente equivocado ao planejamento dos tecnocratas. Segundo Pesavento (1995), o poder público pode construir um espaço com uma intencionalidade de construções simbólicas, sendo que seus frequentadores podem atribuir outros sentidos e usos. Porém, o que pode acontecer é o poder público ignorar um uso já existente no espaço e construir outro uso. O problema é que os usuários continuam os mesmos e utilizando o espaço da mesma maneira, ou realizando novos usos proporcionados pelo novo espaço que não foi planejado para tais.

O que aconteceu também na Praça do Carmo, foi o surgimento de outros usos inadequados para o espaço público, e que a nova configuração espacial permitiu, como o uso do anfiteatro como



campo de futebol e a praça como pista de *skate*. Esses usos indevidos causam também um recuo dos usuários principalmente por medo de serem machucados por uma bola de futebol ou um pulo de algum *skatista*, assim como ratifica a falta de atenção do poder público quanto à ausência de equipamentos públicos de lazer para esses usuários.

Dessa forma, o atual diagnóstico da Praça do Carmo de acordo com as obrigações do poder público é que está em estado de abandono tanto em relação à manutenção quanto à realização de eventos culturais. A manutenção, como o corte da grama que antes era realizado toda semana, atualmente, leva quatro meses, segundo a presidente da associação dos moradores. Esse é um exemplo simples, mas que demonstra a verdadeira situação da praça.

Em 2007, a fim de buscar melhorias para a comunidade do bairro da Cidade Velha foi criada a Associação Cidade Velha-Cidade Viva (CiVViva) por moradores, comerciantes estabelecidos e amigos do bairro. Com a CiVViva vários problemas relatados no dia-a-dia foram logo na sua criação, a exemplo da violência e delinquência, a interdição de ruas que dão acesso ao rio, a orla incompleta, o Porto do Sal, estacionamento irregular nas ruas e praças, a prostituição infanto-juvenil, entre outros.

Apesar de indagar junto ao poder público diversos problemas, poucas foram as vezes em que se realizou algo. Assim, a própria associação busca meios para minimizar os problemas na Cidade Velha. Com relação aos eventos culturais, a CiVViva realiza eventos na Praça do Carmo direcionados para crianças, em sua maioria do Beco do Carmo.

Em um bairro carente de equipamentos de lazer voltados para essas pessoas, a CiVViva busca realizar três principais eventos: o São João, Dia das Crianças e Natal, com objetivo de resgatar brincadeiras antigas como pau-de-sebo, corrida de sapo, quebra pote, etc. A CiVViva também busca parcerias com o Curro Velho e o Fórum Landi para a realização de projetos para a Cidade Velha e seus moradores.

O Fórum Landi é um projeto da Universidade Federal do Pará composto por um curso de especialização em Interpretação, Conservação e Revitalização do Patrimônio Artístico de Antônio Landi e com sede na Praça do Carmo. Os projetos do curso são todos direcionados para a área do Centro Histórico e especificamente o atual curso tem seus projetos voltados para a primeira rua de Belém. Esses projetos ajudam a criar um banco de dados sobre essa área.

Uma ação de destaque do Fórum Landi foi quando realizou o “Landi Cidade Viva” criou um escritório público de arquitetura. Dessa forma, o Fórum Landi e a Associação Cidade Velha-Cidade Viva desempenham um papel de suma importância para a Praça do Carmo, Cidade Velha e Centro Histórico. Busca-se uma melhoria para essas áreas e uma atenção por parte do poder público e da sociedade.

Por conseguinte, ao indagar políticas públicas em espaço urbano verifica-se a necessidade de integração entre as diferentes esferas públicas de poder para otimizar as intervenções e valorizar ainda mais um espaço público para seus cidadãos. Observa-se também a falta de políticas mais ordenadas como na Praça do Carmo, onde é necessário um estudo maior junto aos frequentadores do espaço para não haver um uso inadequado ou até tornar certos espaços inutilizáveis.

A integração entre secretarias municipais e estaduais também teria um resultado positivo com projetos sociais para a Praça do Carmo, para capacitar ou ocupar jovens, crianças ou adultos do Beco do Carmo. Essas ações poderiam ter parceiras também com a CiVViva e até com o Fórum Landi, e que só acrescentariam para a manutenção, utilização e preservação desse espaço público, a Praça do Carmo.

Portanto, a Praça do Carmo configura-se como um relevante marco na cidade de Belém e seus cidadãos. Podendo ser ratificada tanto por ser um elemento urbano presente desde a configuração inicial da cidade, suas transformações, principalmente, devido ao uso e função desempenhados pelos seus cidadãos.

---

**Referências**

- ANDRADE, Marcela Nogueira. **Políticas públicas e espaço urbano**: diversos contextos da Praça do Carmo. 2008. 107f. Monografia de especialização (Curso Internacional em Formação de Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas – FIPAM XXII) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CASTRO, Edna; SANTOS, Maria Antonieta. Belém de água e de portos: ação do Estado e modernização na superfície. In: CASTRO, Edna (org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- FIGUEIREDO, Silvio Lima. Espaços públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional**. Belém: NAEA/UFPA, 2008. v. 1. p. 105-101.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. Nº 21 – jun 2000. p. 211-259.
- GASTAL, Susana. **Alegorias urbanas**: o passado como subterfúgio. Campinas: Papirus, 2006.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- MESQUITA, Fernando José Lima de. **Perspectivas de vida nas estratégias de apropriação dos espaços públicos pelo mercado informal**: o caso do centro histórico e comercial de Maceió – AL. 2008. 88f. Monografia (Especialização em Desenho Urbano) – Universidade Federal de Alagoas/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2008.
- MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **EM ATENÇÃO** ao ofício 021/00. Belém, 15 fev. 2000.
- RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer**: manual de procedimentos para intervenção em praças. Recife: 2002.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.
- PESAVENTO, Sandra. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. vol. 8. n. 16, 1995. (p. 279-290).
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes de; MELLO, Maria Cristina Fernandes de. Re: atrás de, depois de... In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luiza Howard de (org.). **Intervenções em Centros Urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole, 2006. p. 53-66.

VIDAL, Josep P. **A realidade social é externa ao indivíduo?** Uma aproximação à pesquisa qualitativa. *Papers do NAEA*, nº 203, Belém: NAEA, 2006.

\*Revisão de Responsabilidade do autor